

ECO, Humberto; MARTINI, Carlo Maria – *Em que Crê Quem não Crê? Um diálogo sobre a ética*. Lisboa: Gradiva, 2020, 127 pp., ISBN: 978-989-616-989-3.

Periodicamente surgem no mercado literário obras cujo escasso número de páginas ou a brevidade dos seus textos são inversamente proporcionais à qualidade do conteúdo, quer pela relevância dos seus autores quer pela importância dos temas tratados ou por ambos. É precisamente o que acontece com o pequeno grande livro objeto desta recensão.

Na sequência de um convite realizado pela revista italiana *Liberal*, Umberto Eco, que dispensa apresentações, e o Cardeal Carlo Maria Martini (S.J.) dão início a uma troca epistolar, que teve lugar entre março de 1995 e março de 1996 e cujo resultado foi publicado pela referida revista. A correspondência entre estes dois intelectuais, composta por oito cartas reunidas na primeira parte do livro sob o título *Diálogo*, dá início com uma missiva assinada por Umberto Eco, onde este reflete em torno do Apocalipse e a importância que a ideia do fim dos tempos foi tendo ao longo da História. Neste sentido, com base na ideia de origem agostiniana e patrística da História como movimento para a frente, Eco atribui ao cristianismo a invenção da História mesma, afirmando haver «uma visão originalmente cristã da História» (p. 14). Segundo o autor de *O Signo*, «só quando se tem em conta o sentido da direção da História [...] se podem amar as realidades terrenas e acreditar, com caridade, que há ainda lugar para a Esperança» (p.15). No último parágrafo da carta são colocadas as questões cruciais: «Existe uma noção de esperança [...] que seja comum aos crentes e aos descrentes? [...] Que função crítica pode ter uma reflexão sobre o fim dos tempos que não implique desinteresse pelo futuro, mas um juízo constante aos erros do passado?» (p. 15).

Na sua resposta, o cardeal Martini insiste no tom cordial que deverá ter este diálogo, de modo a poder olhar um pouco mais alto e conduzir o debate sem qualquer tipo de interferência e com liberdade. Na opinião do jesuíta «existe um *húmus*» (p. 21) bastante profundo onde se alimentam ao mesmo tempo os crentes e os não crentes, o que leva Eco a sugerir um diálogo focado nas «zonas de fronteira em que não existe consenso» (p. 23), por ser precisamente nesses pontos divergentes onde se situam os choques e as incompreensões mais profundas, com repercussões que atingem, também, o plano político e social. Surge nesta carta a sempre delicada questão da interrupção voluntária da gravidez, assim como o tema da Vida como único valor para aqueles que não

acreditam e, aparentemente, a única fonte de uma ética possível.

Na quarta carta, Martini faz questão de esclarecer algumas imprecisões e mal-entendidos em relação ao conceito de Vida e à sua importância para os católicos, que consideram o «homem vivente da vida divina» como o valor supremo neste mundo (p.33).

Na quinta missiva, Umberto Eco reflete sobre a posição e o papel que homens e mulheres ocupam dentro da Igreja, com base na afirmação paulina - já completamente ultrapassada, como afirma o autor – que preconizava o silêncio para as mulheres e a proibição de poderem ensinar. Nesse sentido, Martini considera que o facto de ter sido ultrapassado esse princípio faz com que desapareçam «as razões teológicas que dele derivam» (p. 55) porque, segundo o jesuíta, a Igreja «não está amarrada a razões abstratas ou apriorísticas, mas a algo que encerra o seu próprio mistério» (p. 55). O cardeal reconhece ainda a incapacidade de aquela para atingir a plena compreensão «dos mistérios que vive e celebra», no entanto, esta mesma Igreja «olha com confiança para um futuro que lhe permita viver a realização» (p. 56) não apenas dos desejos e das expectativas humanas, mas das promessas de Deus.

A sétima carta, da autoria de Carlo Maria Martini, é aquela que toca no ponto, talvez, mais controverso do conjunto de questões aqui expostas: a ética. Partindo do princípio do Mistério transcendente como fundamento de uma atuação moral, porque o humano é preservado precisamente quando se fundamenta no divino, o cardeal coloca a questão central de toda a obra e que, por sua vez, dá título ao livro: em que crê quem não crê? Neste sentido, Umberto Eco considera que «também uma ética “laica” pode efetivamente encontrar e reconhecer normas e valores válidos para uma reta convivência humana [...]. Mas para que os fundamentos destes valores não se ressintam de confusão ou incerteza [...], e não sejam tomados simplesmente como costume, moda, convenção [...], é necessário que (estes fundamentos) não estejam ligados a nenhum princípio instável ou negociável» (p. 58). Em resposta, Martini aponta para a importância da solidariedade como fundamento essencial do conceito do *outro em nós*. O cardeal manifesta a sua dificuldade em compreender como é que uma existência inspirada no altruísmo, na sinceridade, na justiça, na solidariedade e no perdão «poderá manter-se durante muito tempo e em qualquer circunstância se o valor absoluto da norma não estiver fundamentado em princípios metafísicos ou num Deus pessoal (p. 61). É muito importante, afirma o jesuíta, «que exista no plano ético um espaço comum para os laicos e para os crentes, para poderem colaborar juntos na promoção do homem, da justiça e da paz» (p. 61). Que fazer então?

Como conseguir articular esta colaboração?

Na última carta, Umberto Eco responde fazendo referência ao conceito de ética natural, cuja dimensão, segundo ele, esta diretamente relacionada com a entrada em cena do outro (p. 68). Sem o olhar e a resposta do outro, afirma o semiólogo italiano, não seremos capazes de compreender quem somos, porque «é o outro, [...], que nos define e nos molda» (p. 68). De aí deriva o dever de respeitar os direitos de corporeidade desse outro, entre os quais se inclui, obviamente, o direito a pensar e a expressar-se livremente. «No fundo, trata-se de saber se existem “universais semânticos”, noções elementares comuns a toda a espécie humana» (p. 66), baseando-se na convicção da existência de outras formas de religiosidade, um sentido do sagrado, algo superior que nos ultrapassa.

Até aqui, o leitor foi confrontado com temas cruciais da existência humana que Eco e Martini colocaram sempre em clave interrogativa, de dúvida, sem animo de formular respostas definitivas e convidando o leitor a participar na reflexão e na partilha das próprias considerações que cada um possa ter sobre as questões tratadas. Nesse sentido, a revista *Liberal* convidou seis personalidades de reconhecido mérito da vida cultural e política italiana para entrar no diálogo, nomeadamente, Emanuel Severino, (filósofo contemporâneo, falecido em 2020), Manlio Sgalambro (Escritor e também filósofo, falecido em 2014); o jornalista e editor do *L'Espresso*, Eugenio Scalfari; o historiador e também jornalista Indro Montanelli; o político democrata Vittorio Foa e o também político Claudio Martelli. Estes seis depoimentos, reunidos na segunda parte do livro sob o título “Coro”, vêm surpreender o leitor, de forma inesperada, pela dureza das críticas e por certas atitudes que se afastam em muito do clima dialogante que Eco e Martini pretendiam imprimir ao seu debate. Os intervenientes do “Coro” acabam por transformar o diálogo num ataque pessoal contra Martini, contra a Igreja e, em algum caso, contra a Companhia de Jesus, porque em momento algum se somam ao debate nem oferecem possíveis respostas ou caminhos de entendimento, o que é de lamentar. De facto, o cardeal Martini acabou por publicar uma “Recapitulação”, que integra a terceira parte do livro, de modo a esclarecer e reformular a intenção primeira que deu origem ao diálogo epistolar entre o Cardeal e Umberto Eco.

Para começar, Severino transforma a sua intervenção num discurso apologético da filosofia contemporânea, estando mais interessado em tentar impor os seus pontos de vista do que propriamente participar no diálogo proposto. Eugénio Scalfari, por sua vez, numa intervenção, por sinal, bastante lúcida, é o que mais se aproxima do objeto de diálogo, com uma reflexão

sobre a relativização a que a moral chegou, porventura, «responsabilidade do pensamento ateu» (p. 95), e sobre o carácter mutável das normativas morais.

Após a «declaração de fracasso» (p. 101) do incrédulo Montanelli, o leitor se depara com as intervenções dos membros da classe política: Vittorio Foa e Claudio Martelli. Foa, numa intervenção bastante discreta, aponta como fonte do mal «o modo de nos conduzirmos, a maneira como nos organizamos e a nossa relação com o mundo» (p. 105). Já Martelli, que se debate sobre as causas do ateísmo (p. 112), apresenta uma intervenção individualista, desenvolvida a partir de pontos de vista pessoais e sociopolíticos, com base na ideia do «cristianismo degenerado» (p. 111).

Desconhecemos os critérios que a direção da revista *Liberal* aplicou na seleção dos intervenientes no “Coro” e, talvez, o leitor se questione acerca da pertinência das intervenções dos jornalistas e dos membros da classe política, aparentemente, na opinião de muitos, com pouca ou nenhuma legitimidade para falar sobre assuntos relacionados com a ética. O debate teria ficado mais equilibrado, provavelmente, com a intervenção de pelo menos um membro de uma outra comunidade religiosa, que não a Católica, assim como com uma intervenção feminina, na medida em que são abordados temas como a interrupção voluntária da gravidez ou o papel da mulher no seio da Igreja Católica. Um cientista e um artista também teriam prestado contributos muito válidos e diversificados, refletindo-se no equilíbrio do “Coro”.

No entanto, devemos recomendar vivamente a leitura do livro aqui recenseado, pelos temas transcendentais que aborda, pelo tom controverso e polémico, que incita à reflexão e ao debate mas, sobre tudo, pelo capital intelectual de quem subscreve as ideias, concordemos com elas ou não.

Rosa María Sánchez

(FCT – CITCEM – Universidade do Porto)

Rosa María Sánchez

rosabx@gmail.com